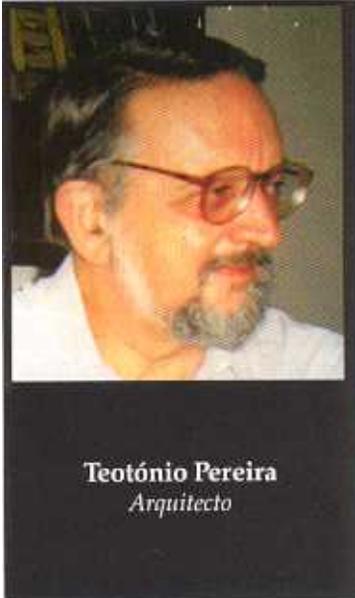


Património em perigo



Teotónio Pereira
Arquitecto

Ao descer a avenida Duque de Loulé, em Lisboa, deparamos do lado direito com uma extensa frente de prédios que representam o que de melhor se construiu na cidade nos princípios deste século: sólidas paredes de alvenaria com um soberbo embasamento de lioz almofadado e cunhais, platibandas e sacadas também de cantaria, coroadas por um andar amansardado que dá um toque parisiense ao conjunto, reforçado pelas elegantes grades Art Nouveau das janelas térreas. Trata-se de um bloco de três prédios com os nºs 86, 90 e 94, tornejando para a rua Luciano Cordeiro, construídos por volta de 1910 e constituídos por cave, r/chão e quatro andares divididos em esquerdo e direito.

No entanto, depois de um primeiro sentimento de surpresa e admiração por tão excelente construção, notam-se, a um olhar mais demorado, preocupantes sinais de abandono que prenunciam uma morte

iminente: ausência de cortinados nas janelas, muitas vezes com as portadas fechadas, vidraças quebradas ou caixilhos abertos aqui e ali, botoneiras das campainhas destruídas; e à noite, iluminado apenas um dos trinta andares de que se compõe o conjunto. Algumas placas colocadas nas portas anunciam a existência de escritórios: mas numa delas estava escrito que a empresa havia transitado para novas instalações. A conclusão não pode ser mais evidente: os prédios estão a ser esvaziados dos seus últimos inquilinos, provavelmente a troco de indemnizações.

Consultado o Plano Director de Lisboa, verifica-se que este conjunto de prédios está registado no Inventário do Património – e com toda a razão. E é até possível que esteja em vias de classificação pelo IPPAR, como testemunho significativo da arquitectura das chamadas Avenidas Novas. Mas nada disso oferece garantias de que não seja demolido para dar lugar a novos edifícios. Na melhor das hipóteses, poderão ser preservadas as fachadas, mas destruído todo o interior, com os seus soalhos provavelmente de madeiras exóticas, tectos de estuque trabalhado e magníficas carpintarias de casquinha. É natural que as habitações existentes não ofereçam as melhores condições para as necessidades actuais, com áreas excessivas, longos corredores, janelas abrindo para saguões e instalações obsoletas. Mas porquê então não subdividir os fogos e renovar os equipamentos, como se faz correntemente lá fora? Porquê esta prática obsessiva de demolição sistemática, ruínosa até em termos de racionalidade económica, ao destruir 11.000 m² de construção de qualidade, a que acresce o valor patrimonial? E neste caso a subdivisão oferece até condições excelentes, dado que as traseiras dos prédios são desafogadas, abrindo para um frondoso arvoredor.

Parece que o Governo está a preparar legislação no sentido de incentivar obras de manutenção de edifícios residenciais nas cidades. Mas não se podem confundir duas situações radicalmente distintas: por um lado, os prédios que carecem de obras urgentes para as quais os senhorios não dispõem de recursos em consequência de arrendamentos antigos; por outro, os casos em que os proprietários, ao não colocarem no mercado os andares vagos, apostam na especulação fundiária com enormes prejuízos sociais, económicos e



Av. Duque de Loulé

patrimoniais.

Ao apontar-se este exemplo de património em perigo, escolheu-se apenas um caso entre os muitos milhares que nas nossas cidades, com especial incidência em Lisboa (onde o número de fogos desocupados ultrapassa os 30 mil), estão em idêntica situação e cuja destruição tem contribuído para o esvaziamento e a descaracterização das zonas centrais. Para quando uma lei e uma prática que acabem com esta hecatombe anti-social, anti-económica, anti-patrimonial e até anti-ecológica?